

O ceticismo pirrônico no discurso de John Dewey¹

The Pyrrhonian skepticism in John Dewey's discours

Marcus Vinicius da Cunha
Universidade de São Paulo
mvcunha2@hotmail.com

Viviane da Costa-Lopes
UNISEB/Estácio
vivianedacostalopes@gmail.com

Resumo

Este artigo é motivado pela necessidade de elucidar rigorosamente o significado do termo *ceticismo*, usualmente identificado com a simples negação de qualquer crença, conhecimento ou certeza. Nosso intuito é evitar o equívoco que consiste em aplicar de maneira rasa a noção de ceticismo a quaisquer concepções filosóficas e educacionais. A primeira seção do artigo é dedicada à elucidação histórica e conceitual do ceticismo desde o seu surgimento, com Pirro de Élis, na era helenística. A seção seguinte apresenta um registro das ideias pirrônicas na atualidade, por meio de autores dedicados ao estudo desse tema. A terceira seção focaliza as teses do filósofo e educador contemporâneo John Dewey, as analisando na perspectiva do ceticismo pirrônico. Da extensa obra de Dewey, o artigo destaca as formulações expressas em seu livro *The quest for certainty*, publicado em 1929 no auge do debate acerca dos fundamentos da atividade científica gerado pelo surgimento da teoria quântica. Nesse livro, Dewey apresenta uma reflexão sobre a mudança no conceito de ciência e nas práticas científicas provocada pela difusão da teoria quântica, o que influenciou sobremaneira a concepção de certeza assumida até então como elemento central tanto no âmbito da ciência quanto no da filosofia.

Palavras-chave: Ceticismo. Pirronismo. John Dewey.

Abstract

This article is motivated by the need to elucidate rigorously the meaning of the term *skepticism*, usually identified with the simple negation of any belief, knowledge or certainty. Our intention is to avoid the misunderstanding of shallowly applying the notion of skepticism to any philosophical and educational conceptions. The first section of the article is dedicated to the historical and conceptual elucidation of skepticism since its emergence, with Pyrrho from Elis, in the Hellenistic era. The following section presents a register of the Pyrrhonian ideas in the present time, through authors dedicated to the study of this theme. The third section focuses on the theses of contemporary philosopher and educator John Dewey, analyzing them in the perspective of Pyrrhonian skepticism. From the extensive work of Dewey, the article highlights the formulations expressed in his book *The quest for certainty*, published in 1929 at the height of the debate about the foundations of scientific activity generated by the rise of quantum theory. In this book, Dewey presents a reflection on the change in the concept of science and in the scientific practices provoked by the diffusion of the quantum theory, which greatly influenced the conception of certainty assumed until then as a central element both in the scope of the science as in the philosophy.

Keywords: Skepticism. Pyrrhonism. John Dewey.

I ntrodução

O termo *ceticismo* costuma ser utilizado para significar “recusa generalizada de qualquer forma de crença, conhecimento ou certeza” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 302). Quando o aplicamos com essa conotação rasa a um ideário filosófico ou proposição educacional, abre-se imediatamente amplo espaço para questionamentos, uma vez que assumir-se como cético parece ser o mesmo que ficar impossibilitado de produzir resultados efetivos no que tange à ordenação racional do pensamento e à formação de pessoas. É preciso considerar, no entanto, que o referido termo requer explicitação mais rigorosa, se desejarmos nos afastar de práticas de rotulação pouco recomendáveis na esfera científica.

A primeira seção deste artigo será dedicada a esse propósito, procedendo à elucidação histórica e conceitual do ceticismo desde o seu surgimento, com Pirro, pensador da era helenística originário da cidade de Élis. A seção seguinte buscará compor um registro, ainda que sumário, da presença das ideias pirrônicas na atualidade, uma vez que a sua repercussão não ficou restrita ao mundo antigo, chegando mesmo aos dias de hoje. Cumpridas essas etapas necessárias tanto para esclarecer os significados do pensamento cético quanto para os situar no momento atual, a terceira seção promoverá o exame das teses de um filósofo contemporâneo, John Dewey, na perspectiva do ceticismo pirrônico.

A opção por Dewey deve-se à notável influência exercida por suas concepções filosóficas e educacionais desde o século passado, não só nos Estados Unidos da América, seu país de origem, como em diversas outras localidades, inclusive o Brasil.² De sua extensa obra, elegemos analisar o livro *The quest for certainty*, publicado em 1929 no auge dos debates em torno dos fundamentos da atividade científica, particularmente devido à difusão da teoria quântica por pesquisadores como Niels Bohr e Werner Heisenberg, em contraposição ao determinismo de Newton.³ Esse livro assume especial relevância para os objetivos deste artigo porque, como será possível mostrar adiante, sua meta consiste em discorrer sobre a busca da certeza, tema de essencial importância para compreendermos o pensamento cético.

A origem do ceticismo

O ceticismo teve origem nas formulações de Pirro de Élis (360-275 a.C.), as quais, reunidas sob a responsabilidade de Enesidemo (100-40 a.C.), consideram a impossibilidade de afirmar, seja em favor de que podemos, seja em favor de que não podemos conhecer (POPKIN, 2000).⁴ Sempre que há evidências em conflito, “sobre toda e qualquer opinião ou asserção que se pretenda verdadeira, ou capaz de dizer as coisas como elas realmente são”, o pirrônico defende a suspensão do juízo (*epoché*), sem desistir, no entanto, de continuar investigando (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 74).

No início da era cristã, entre os séculos II e III, o pirronismo ressurgiu por intermédio de Sexto Empírico, pensador que se tornou, desde então, a principal referência histórica do ceticismo pirrônico (DUTRA, 2005; PORCHAT PEREIRA, 2007). Em sua obra *Hipotiposes Pirronianas*, Sexto estabelece a distinção entre as concepções dogmática, acadêmica e propriamente cética, considerando que, em toda busca ou investigação, três possibilidades se apresentam: ou a verdade é procurada e encontrada, o que caracteriza a perspectiva do dogmático; ou se nega a possibilidade de encontrá-la, o que constitui a visão do acadêmico; ou, por fim, adota-se a atitude de persistir na busca da verdade, o que define a posição do cético.

Resulta naturalmente de qualquer investigação que aquele que investiga ou bem encontra aquilo que busca, ou bem nega que seja encontrável e confessa ser isto inapreensível; ou, ainda, persiste na busca. O mesmo ocorre com as investigações filosóficas, e é provavelmente por este motivo que alguns afirmaram ter descoberto a verdade; outros, que a verdade não pode ser apreendida; outros, ainda, preferiram continuar buscando. Aqueles que afirmaram ter descoberto a verdade são os dogmáticos, assim chamados especialmente Aristóteles, Epicuro, os estoicos e alguns outros. Clitômaco, Carnéades e outros acadêmicos consideram a verdade inapreensível, ao passo que os céticos continuam buscando. Portanto, parece razoável manter que há três tipos de filosofia: a dogmática, a acadêmica e a cética (SEXTO EMPÍRICO, 1997, p. 115).

Por *dogmático*, entende-se o discurso que “se julga capaz de dizer adequadamente o que é o caso, exprimir um conhecimento definitivo” sobre algo “não-evidente” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 224); quem pensa dogmaticamente assume ser capaz de oferecer a “expressão verdadeira de um conhecimento real” (idem, p. 126). O ceticismo acadêmico deve sua formulação teórica aos sucessores de Platão (427-347 a.C.) na Academia, Arcesilau (315-241 a.C.) e Carnéades (213-129 a.C.), para quem “os dados que obtemos através de nossos sentidos são pouco confiáveis”, o que implica não possuímos “nenhum

critério ou padrão garantido para determinar quais de nossos juízos são verdadeiros e quais são falsos” (POPKIN, 2000, p. 13).⁵ Os acadêmicos defendem que o conhecimento não é possível “porque nem a razão nem a sensação constituem um critério de verdade absoluta” (VERDAN, 1998, p. 27).

A reconstituição da filosofia carnediana é complexa e polêmica. Para alguns estudiosos, como observa Verdán (1998, p. 27), Carnéades, a exemplo de Arcesilau, recorre à noção de *probabilidade* ao declarar que no “próprio nível do conhecimento” existem “representações *prováveis*, às quais o sábio está no direito de conceder sua *aprovação*, eximindo-se, contudo, de lhe atribuir um caráter de verdade infalível, de certeza”.⁶ Carnéades e Arcesilau desenvolveram inicialmente a “prática dialética das antinomias”, mostrando ser possível “propor argumentações igualmente boas em direções opostas e contraditórias, de onde precisamente resulta a impossibilidade de dar assentimento a qualquer uma das teses conflitantes” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 282). O pirronismo preferiu caracterizar a filosofia da Nova Academia como “uma outra forma de dogmatismo, como um negativismo epistemológico que asseria a inapreensibilidade da verdade” (idem, p. 150); o acadêmico seria um “dogmático às avessas”, por sustentar, com igual dogmatismo, a negação da possibilidade do conhecimento (DUTRA, 1993, p. 42).

Por fim, Sexto reservou o nome de *céticos* aos pirrônicos. A palavra *ceticismo* (*skeptikói*) deriva do termo grego *sképtomai*, que significa “aqueles que observam”, que “examinam” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 296). Com Sexto Empírico, especialmente, o ceticismo antigo definiu-se como “uma investigação continuada e incansável”, uma filosofia que se pode denominar “zetética” (idem, p. 42). Por não sustentarem nem mesmo a veracidade de suas próprias formulações, “porque não se pretenderem capazes de estabelecer definitivamente nenhum ponto, nem mesmo a inapreensibilidade da verdade”, os pirrônicos “se condenam a uma investigação filosófica permanente”, de onde vem o nome com que intitulam a sua própria escola (idem, p. 77).⁷

A atitude cética pirrônica não almeja que seus argumentos sejam conclusivos, pois pretendê-lo seria adotar um dogmatismo invertido; seu objetivo é mostrar que os pontos de vista que assume são “equiparáveis, em força argumentativa, aos argumentos das filosofias ‘dogmáticas’ e a quantos se podem construir em defesa de formulações assertivas quaisquer” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 76). Para isso, o pirrônico utiliza o princípio das antinomias, que consiste em opor a todo discurso um discurso de “igual força persuasiva” (idem, p. 74).

A concepção cética defendida por Sexto contém elementos da dialética argumentativa e antinômica, bem como a “valorização antidogmática do fenômeno”

originária de Pirro e, também, as reflexões oriundas das escolas Empirista e Metódica de medicina, que valorizavam a *empíria*, em oposição à tradição racionalista (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 286).⁸ Sexto organizou e expôs as figuras gerais da argumentação cética mediante os “tropos” elaborados por Agripa (I-II d.C.) e Enesidemo (I a.C.) em favor da suspensão do juízo.⁹ O pirrônico utiliza o princípio das antinomias por não considerar possível a existência de uma tese à qual não se possa opor uma antítese, uma vez que não há “argumento que não possa ser derrubado por um argumento contrário, igualmente convincente” (VERDAN, 1998, p. 38). Diferentemente do dogmático, que voluntariamente adere a uma das teses em disputa, o cético “suspende o juízo” e persiste investigando (DUTRA, 2005, p. 40).

A prática de discursos antinômicos remonta aos sofistas, que, embora recusando o dogmatismo e todas as formas de pensamento metafísico, não contestavam a possibilidade de estabelecer “o que é algo por meio do discurso” (MAZZOTTI, 2008, i). Seus ensinamentos disseminavam a argumentação antilógica, que consiste em “opor um *logos* a outro *logos*”, chamando a atenção para “a presença de uma oposição em um argumento, ou em uma coisa ou situação” (KERFERD, 2003, p. 109). Considerando que o “verdadeiro é sempre, para cada homem, o que tal lhe parece”, Protágoras (490-421 a.C.) optou não pela Verdade, mas por “verdades particulares”, afirmando que as opiniões sempre divergem, os homens são persuadidos pelo discurso e é “sempre possível opor persuasivamente um argumento contrário ou tornar mais forte a razão anteriormente mais fraca” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 14). O interesse de Górgias (485-380 a.C.), por sua vez, era voltado principalmente para as “declarações acerca de fenômenos”, argumentando que “não há como aplicar o verbo ‘ser’ a um sujeito sem que surjam contradições” (KERFERD, 2003, p. 164).

Na filosofia platônica recorria-se ao princípio das antinomias para preparar a “intuição das essências ou Formas” e para “combater o apego dos interlocutores de Sócrates a seus dogmas e preconceitos”. Na dialética aristotélica, os discursos “construtivos” e “destrutivos”, que são mutuamente contraditórios, eram propostos como “arte propedêutica” dos “princípios verdadeiros” e indubitáveis, como se lê nos *Tópicos*.¹⁰ Com o pirronismo, o princípio das antinomias perde esse caráter propedêutico, como também a pretensão platônica de intuir as essências. Conservando os ensinamentos da Sofística de que a todo discurso é possível opor um discurso de igual força persuasiva, os pirrônicos concebem o princípio das antinomias como “instrumento de denúncia e desmistificação dos discursos dogmáticos e de suas pretensões” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 157).

Na concepção sextiana, mesmo as fórmulas céticas de argumentar não resistem à dúvida (VERDAN, 1998, p. 38). Até os argumentos que parecem assertivos, como “todas as coisas são indeterminadas” ou “a todo argumento opõe-se um argumento igual”, devem ser entendidos como “enunciados que apenas dizem o que aos céticos parece, como anúncios de suas humanas afecções” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 76). Nas *Hipotiposes Pirronianas*, Sexto explica que o pirronismo se limita ao conhecimento dos fenômenos, sem aferir sobre a realidade em si (VERDAN, 1998). A fenomenalidade que o cético confessa não ter como recusar é o que se pode chamar de “*experiência-de-mundo*” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 263), mediante a qual é possível introduzir a noção de “*verdade fenomênica*” (idem, p. 204). Desse modo, não faz parte do posicionamento pirrônico discutir sobre o fenômeno, em si mesmo, mas sobre a sua interpretação. A dúvida cética pirrônica, portanto, incide sobre “um *discurso humano* que se propõe como interpretação da aparência fenomênica e como desvelamento do *discurso interno* do objeto”, um discurso que possui a pretensão de manifestar “o *ser* para além do *aparecer*” (idem, p. 93).

A atualização do pirronismo

A influência do pirronismo não ficou restrita ao mundo antigo, fazendo-se notar com destaque durante a era renascentista, obtendo notável repercussão com Montaigne, e chegando até os dias de hoje. As teses de Pirro percorreram todo o século XX, sendo retomadas atualmente por diversos estudiosos. Dois filósofos brasileiros se destacam no exame da presença dessa filosofia na atualidade: Luiz Henrique de Araújo Dutra (2005, p. 12), que apresenta uma versão “construtiva” do pirronismo, e Oswaldo Porchat Pereira (2007, p. 227), que se propõe a “repensar e reelaborar” a atitude pirrônica, no intuito de “desenvolvê-la, atualizá-la e adaptá-la à reflexão de nossos dias”.

Tendo como referência o pensamento de Pirro de Élis e de Sexto Empírico, Dutra (2005, p. 21) define o ceticismo como um posicionamento intelectual crítico que nos incita a “tomar consciência das limitações de nossas concepções e teorias”, sem que isso implique o abandono de todas elas. O autor argumenta em prol de um pirronismo que visa à verdade, podendo, por isso, ser chamado de ceticismo “alético” (DUTRA, 1996).¹¹ Nessa versão, torna-se possível buscar a verdade sem ser dogmático, mantendo o desejo de encontrar a verdade e posicionando-se de modo “construtivo, mas dubitativo ao mesmo tempo”; ao investigar segundo o modo alético, “simulamos o dogmatismo, construindo também teorias”, mas suspendemos o juízo “depois de tentar multiplicar as hipóteses e

estabelecer a equipolência”, como faria o pirrônico diante de uma tese dogmática (DUTRA, 1997, p. 46-47).

Dutra (1997, p. 51) vê o ceticismo alético como uma “habilidade de lidar com hipóteses e gerir programas de pesquisa, produzindo conhecimento sem dogmatizar”. Reside aí um benefício para o campo da investigação, uma vez que se atesta o “valor heurístico das hipóteses, das teorias ou doutrinas tomadas provisoriamente” (DUTRA, 1995, p. 279). Trata-se de um ganho pragmático, pois ficam preservadas as vantagens do dogmatismo, sem as suas desvantagens, as quais remetem à aceitação precipitada de teses que desviam a rota daquilo que se procura – a verdade. O filósofo alético, ou construtivo, adota uma “doutrina tentativamente, para testá-la, estando disposto a deixá-la ou a reformulá-la e torná-la melhor. Ele a assume apenas, portanto, como hipótese” (DUTRA, 1993, p. 57).

Dutra (1998, p. 33-34) acrescenta que, na abordagem alética, “o que aparece é o que aparece a alguém em determinada circunstância”, havendo circunstâncias em que existe mesmo um “conflito no que aparece”, um conflito no interior do “mundo fenomênico”. A atitude do filósofo alético decorre, pois, do aparecer de situações cruciais: “Trata-se sempre de examinar duas alternativas plausíveis e contraditórias, duas coisas que nos aparecem e que estão em conflito”, constituindo o problema “saber como se sai de uma situação crucial, isto é, como escolhemos (ou não escolhemos) uma das alternativas”.

Também chamada de *filosofia zetética* ou *filosofia de investigação permanente*, a versão do ceticismo analisada por Dutra (1993, p. 48-49) contraria o posicionamento dogmático, pois é sempre a primeira a afastar suas certezas. O alético “não anuncia, pois, teses (como faz a filosofia dogmática), mas apenas *hipóteses*”; além disso, “investiga *contra* suas hipóteses, do mesmo modo como faz a filosofia cética”. O objetivo principal do filósofo de investigação permanente é dar continuidade às “suas tentativas de reelaborar doutrinas e investigar contra elas sem ser acusado de proceder irracionalmente”, o que mantém “sempre aberta a possibilidade de reelaborar a doutrina e submetê-la de novo à investigação” (idem, p. 51). Por serem as hipóteses apenas prováveis, afirma Dutra (1997, p. 55-56), o alético ensina a “investigar contra elas, ou seja, colocá-las a prova”. O que leva o dogmatismo a paralisar o conhecimento é dar por terminado o “trabalho de investigação em um momento qualquer, e não prosseguir no exame perene das hipóteses”; é a isso que se opõe o ceticismo alético.

Dutra (2000, p. 107-108) explica que, na pragmática da investigação, conserva-se a ideia de continuidade entre ciência e técnica, adotando-se “certa postura *instrumentalista*” que busca superar o divórcio entre teoria e prática, concebendo as teorias científicas e a

própria atividade científica, cognitiva e investigativa como “instrumentos de predição e controle de fenômenos” indissociáveis “da prática de resolver problemas”. A pragmática da investigação desconsidera a “separação entre teoria e prática, ou entre pensar e agir”, rejeitando esses termos como atividades separadas ou distintas, uma vez que “toda atividade investigativa é ao mesmo tempo física e mental”; “toda atividade ligada à investigação ou à averiguação é uma forma de ação” (DUTRA, 2001, p. 136).

Como afirma Dutra (2005, p. 45), se esse neopirronismo ultrapassa o pirronismo antigo, isto talvez se deva somente ao “fato histórico inegável de que a cultura atual contém elementos realmente díspares daqueles presentes na cultura antiga”. O que o autor defende, enfim, é uma formulação pragmática do pirronismo, uma perspectiva investigativa em que “o *conhecimento é uma crença (ou hipótese) em processo de averiguação*” (DUTRA, 2001, p. 147); em que a noção de verdade como acordo “atua como ferramenta indispensável da própria investigação, isto é, como um elemento essencial da pragmática da investigação” (idem, p. 148). O objetivo da investigação é constatar se há ou não “acordo entre uma hipótese e os dados reunidos na base de dados, por meio de experimentos e outros procedimentos investigativos” (idem, p. 149).

Segundo o posicionamento de Dutra (2001, p. 149), no processo investigativo a verdade torna-se “ineliminável”, sendo um “constituente essencial da investigação”, um “elemento operativo, revelado pela análise da pragmática da investigação”. Considerando que uma investigação que não visa a verdade “não é realmente uma investigação”, a verdade como acordo é “o *conceito chave* revelado pela pragmática da investigação”, na qual “investigar é procurar a verdade, isto é, é procurar estabelecer um acordo, é averiguar”. O que permite sustentar “que nunca lidamos com sistemas fechados ou acabados, mas com *sistemas abertos*, isto é, *sistemas que sempre podem ser socorridos por novos acréscimos, novas proposições aceitas*” (idem, p. 69).

Porchat Pereira (2007, p. 259), por sua vez, define-se como “cético pirrônico”, esclarecendo que emprega os termos *ceticismo* e *pirronismo* como sinônimos, embora considere mais adequado o termo *neopirrônico*. Sua proposta consiste em repensar as concepções básicas do pirronismo segundo a “problemática filosófica moderna e contemporânea”. Porchat Pereira (idem, p. 69) sugere haver um “caráter *positivo*” na filosofia cética, argumentando que a história da filosofia é marcada por grandes sistemas filosóficos incompatíveis que partilham da mesma “pretensão de representar a verdadeira solução dos problemas do ser e do conhecer” (idem, p. 15).

O autor critica as filosofias que fizeram da verdade seus temas preferenciais, e afirma que um “bom número de filósofos pretendeu ter estabelecido verdades definitivas e

absolutas, cujo reconhecimento se exprime então em seus discursos verdadeiros” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 174). O que Porchat Pereira (idem, p. 219) almeja é chamar a atenção para as condições de aceitabilidade intrínsecas a todo discurso filosófico: “Nenhuma tese filosófica se avança sem que se vise à sua aceitabilidade”, pois todo discurso filosófico “se quer aceitável – e, no limite ideal, aceito – pela comunidade dos seres racionais”. Perguntar pela legitimidade dos problemas filosóficos é o mesmo que perguntar “pela sua aceitabilidade, enquanto problemas, pelo auditório formado pela comunidade racional a que o filósofo sempre se dirige”, porque os “filosofemas somente se podem propor como aceitáveis porque estabelecidos por argumentações aceitáveis” (idem, p. 220).

Diante do conflito entre as filosofias, Porchat Pereira (2007, p. 273) afirma que “*ainda é preciso ser cético*”.

Enquanto tanto os que julgam ter encontrado a Verdade quanto os que pretendem ter estabelecido que ela é inapreensível põem, de algum modo, um fim ao seu filosofar, os céticos continuam incansavelmente a filosofar. Pois sua *epoché*, sempre provisória, traduz apenas o que, no momento, lhes parece (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 77).

Para Porchat Pereira (2007, p. 260), o ceticismo exhibe “duas faces complementares”, uma positiva e outra negativa. A primeira lida com a razão teórica e o dogma, e a segunda, com o “mundo das aparências e a vida comum”; ambas, porém, são “intimamente interligadas”. Em sua primeira face, descrita como “dimensão negativa e dialética”, o cético experiencia a “dessacralização do *lógos*” ao descobrir o “caráter antinômico da razão teórica” e a “natureza eminentemente retórica do discurso filosófico”. A face positiva, por sua vez, refere-se a uma “prática filosófica centrada na experiência do fenômeno” (idem, p. 262); não há nada nela que impeça ao cético de “viver empiricamente (*empeíros*) e sem crença dogmática (*adoxáastos*), conforme as observâncias e as concepções comuns”, porque o cético, como qualquer homem comum, “discorre e raciocina, interage com os outros homens e dialoga com eles, eventualmente investiga também e pesquisa”, utilizando “a linguagem ordinária, no interior do cenário que lhe oferece sua experiência da fenomenicidade” (idem, p. 164).

Principalmente com Sexto Empírico, o pirronismo nos ensina a utilizar a linguagem para desencadear e apresentar hipóteses que “articulam fenômenos” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 170). Assim, torna-se possível despertar o interlocutor para a ação, “persuadi-lo da ‘verdade’ da conclusão”, isto é, fazê-lo notar que a verdade “adequadamente exprime uma situação fenomênica que se impõe a seu reconhecimento” (idem, p. 165).¹² Sem dispor de qualquer compromisso com o dogmatismo, o cético pirrônico pode “reconhecer a função *pragmática* das ‘teorias’ e invocar a experiência

eventualmente bem-sucedida de suas consequências práticas para defender a sua utilização” (idem, p. 321).

O ceticismo se define, portanto, como uma “terapêutica que se serve do discurso para curar os homens de sua propensão ao dogmatismo”, mas não se trata de uma “terapêutica contra a filosofia e, sim, de uma terapêutica filosófica, de uma filosofia que se assume como tal” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 77). O pirronismo consiste em uma atitude “crítica” e “rigorosa”, em contraposição aos “fantasmas do Absoluto”; é um modo de pensar que Porchat Pereira (idem, p. 270) caracteriza como voltado “para a vida dos homens” e que permite considerar as “razões histórico-filosóficas, valores culturais, influências da metodologia das ciências da natureza, resultados obtidos pelas ciências sociais e humanas”, os quais impõem “decisivos condicionamentos sócio-histórico-econômicos” a todo estudo que se proponha crítico.

O pirronismo em John Dewey

Tomando por base o livro *The quest for certainty*, podemos afirmar que John Dewey (1929) opõe-se às concepções filosóficas que buscam fundamento em algo antecedente à existência. Por meio de uma dissociação nocional, Dewey exprime uma visão do mundo que se pode caracterizar pelo par filosófico essência–existência, significando a sujeição do primeiro termo ao segundo, em torno do qual se agrupam noções como *provável*, *provisório* e *probabilidade*.¹³ Contrariando as correntes de pensamento que afirmam haver uma esfera do real composta por essências transcendentais às relações existenciais, o que viabilizaria a descoberta de verdades últimas e inequívocas, Dewey defende que os objetos que desejamos conhecer sejam examinados no campo estrito da existência, no âmbito das relações efetivamente construídas pelos homens em meio a práticas resultantes de operações que são inteligentemente dirigidas e podem ser avaliadas por seus resultados.

A visão expressa pelo par essência–existência pode ser encontrada também nas formulações do pirronismo, especialmente no debate que seus defensores desenvolvem contra os dogmáticos. Na sistematização das teses de Pirro elaborada por Sexto Empírico, o dogmatismo define-se não por buscar verdades, simplesmente, mas pela afirmação de as ter conseguido encontrar, uma vez que julga possível estabelecer formulações definitivas acerca do real. Os pirrônicos, por sua vez, preferem limitar-se aos fenômenos, no âmbito da experiência-de-mundo, a experiência que não se pode recusar, focalizando a manifestação fenomênica ou verdade fenomênica, não a sua interpretação. A atitude pirrônica consiste em contrariar as pretensões dos discursos que se apresentam como

capazes de interpretar o fenômeno e desvendar sua estrutura interna, como se fossem aptos a exhibir o verdadeiro ser, a essência das coisas.

Pode-se notar a presença do fenomenalismo pirrônico na argumentação com que Dewey (1929) contraria as teorias que atribuem ou à mente ou aos sentidos a capacidade intrínseca e absoluta de apreender a realidade independentemente das interações entre o organismo e as condições ambientais. Em vez disso, Dewey busca compreender, em todos os aspectos da existência, os vínculos que se firmam entre as ideias e as coisas vivenciadas, sem alimentar a expectativa de fornecer uma descrição perfeita e acabada daquilo que os dogmáticos denominam *essência*.

Essa atitude contrária aos dogmatismos, fundamentada na valorização da existência, aproxima o pensamento deweyano da visão pirrônica do mundo. Dessa aproximação mais ampla e geral decorrem outras, sendo a mais imediatamente observável a que diz respeito à rejeição do dualismo entre teoria e prática, tema enfaticamente debatido por Dewey (1929) em *The quest for certainty*. Sua defesa de um único método nas ciências e no campo da moral assenta-se na associação entre conhecer e agir, o que desfaz a antinomia entre os dualismos característicos do par essência–existência. Dewey considera que, nas situações existenciais, os valores teóricos não se separam dos valores práticos, o que coincide com a visão pirrônica contrária aos discursos que, para alcançar a essência suposta, desprezam os limites da experiência.

Seja em suas formulações antigas, seja em suas versões atuais, o pirronismo, sempre em busca de contrariar os dogmáticos, defende o exame da relação entre pensamento e ação que se efetiva na experiência do mundo. Na pragmática da investigação proposta por Dutra, rejeita-se o isolamento entre teoria e prática com base na afirmação de que toda atitude investigativa envolve pensar e agir. Na versão neopirrônica de Porchat Pereira, as teorias assumem função pragmática devido ao critério de que devem ser julgadas por meio de suas consequências práticas. A atitude pirrônica diante dos dogmatismos resulta na suspensão do juízo (*epoché*), pois, quando confrontado por diferentes interpretações do real, quando se apresentam diversas opiniões pretensamente verdadeiras, todas elas fornecendo evidências que se candidatam ao posto de verdades definitivas sobre as coisas, é preferível não tomar posição e, em vez disso, continuar investigando. Essa atitude difere da que se identifica com os pensadores acadêmicos, que, diante do mesmo impasse, consideram ser impossível conhecer e, coerentemente, por esse motivo permanecem inertes diante da dúvida.

O questionamento dos pirrônicos aos dogmáticos resulta em algo diferente da inação, pois mantém viva a dúvida, sem duvidar, no entanto, da possibilidade de sua

resolução, o que os faz persistir na investigação em busca da verdade. Por essa característica, o pirronismo é denominado zetético, filosofia que investiga permanentemente sem se deixar paralisar pela dúvida, sendo então a única concepção a que pode receber o nome de ceticismo – palavra cuja etimologia remete à atitude de observar, examinar, pesquisar, sem chegar a resultados definitivos.

Na visão deweyana, investigar reflexivamente é buscar provas, mas é também dispor-se a revisar os resultados por meio da ação inteligente, processo em que as hipóteses desempenham papel fundamental. Dewey (1929) afirma que a busca do conhecimento não é concluída por uma afirmação cabal, definitiva e inquestionável, mas por uma asserção que remete a novas investigações, as quais serão finalizadas com a apresentação de outras hipóteses, as quais, por sua vez, exigirão continuar investigando, e assim indefinidamente. Da mesma maneira como ocorre com os pirrônicos, a oposição deweyana aos dogmatismos não conduz à paralisia da ação, à dúvida imobilizadora, mas à continuidade da investigação, à incessante busca pelo conhecimento. No livro *Como pensamos*, Dewey (1959, p. 25) comenta que tanto “a suspensão de juízo como a pesquisa intelectual” desagradam àqueles que têm “um hábito mental excessivamente positivo e dogmático”; mas é preciso “manter e prolongar esse estado de dúvida, na qual nenhuma ideia se aceite, nenhuma crença se afirme positivamente, sem que lhes tenham descoberto as razões justificadas” – o que se faz por meio do pensar reflexivo, que envolve o trabalho com hipóteses.

Na teorização feita por Dutra, encontra-se essa mesma função atribuída às hipóteses. Em sua concepção pragmática do pirronismo, o conhecimento é definido como crença ou hipótese em contínuo processo de averiguação, o que, de modo coerente, leva o cético alético a manter sempre aberta a possibilidade de submeter a questionamento as suas próprias formulações. A teoria deweyana acerca da melhor maneira de compreender a realidade, ou seja, a sua teoria da investigação permanente, deveria, ela mesma, ser vista como solução provisória aplicada à busca pelo conhecimento, devendo ser continuamente testada. Essa disposição encontra-se, de fato, em Dewey (1929, p. 173), que considera hipotéticas as alusões que ele mesmo faz à investigação reflexiva. Dutra (2005, p. 169-170) confirma essa interpretação, dizendo que, para Dewey, a veracidade “de uma noção ou de uma teoria deve se mostrar através de suas consequências, e isso deve se aplicar à própria teoria da investigação” por ele defendida.

Na situação em que mais de uma formulação dogmática se apresentam, os pirrônicos empregam o princípio das antinomias, pelo qual buscam mostrar que há sempre um discurso persuasivo capaz de se contrapor a outro discursivo persuasivo. Essa técnica

pretende tornar evidente que se pode argumentar em direções opostas e contraditórias com igual destreza e coerência, o que impede a pretensão de considerar verdadeiro qualquer argumento, do que decorre, como única atitude plausível, a suspensão do juízo. Esse procedimento, a prática dialética das antinomias, foi desenvolvido também pelos acadêmicos, mas a rejeição de dogmatismos por meio de discursos antinômicos encontrava-se já nos sofistas, sendo denominada antilógica, consistindo em opor um *logos* a outro. Ao que parece, tanto Pirro quanto seus sucessores seguiram as trilhas de Protágoras e Górgias, nesse aspecto, utilizando o princípio das antinomias não para preparar a intuição das essências, como pretendido por Platão, nem para servir de arte propedêutica dos princípios verdadeiros, à maneira de Aristóteles. Sua intenção era denunciar as pretensões dos discursos dogmáticos.

Dewey vai além de contrapor um discurso a outro para evidenciar o erro das visões dogmáticas. Sua estratégia discursiva consiste em reunir os termos que a tradição filosófica dissociou, no intuito de articular um novo discurso que confira substância à existência – literalmente, à “existência experimentada” (DEWEY, 1929, p. 37). Sua meta é que pensamento e ação, razão e experiência, uma vez integrados, resultem em “planos de operações”, elementos capazes de modificar e direcionar a prática (idem, p. 138). Nesse aspecto, a estratégia deweyana de empregar o discurso antinômico parece ter sua origem mais remota nas intenções políticas do movimento sofístico, o qual comparava “julgamentos sobre questões de valor, não em termos de sua própria verdade ou falsidade, mas em termos de suas consequências sociais”, como explica Kerferd (2003, p. 180-181).

Essa intenção política da sofística era baseada na contraposição de *nomos* a *physis*, por meio da qual se estabelecia que as “qualidades naturais possuídas desde o nascimento precisam ser suplementadas e desenvolvidas por um desejo das coisas que são boas e nobres”, o que depende de “muito esforço, prática e instrução”, ou seja, depende, fundamentalmente, de educação, sem o que, como estabelecia Protágoras, o homem não alcança a *areté* (KERFERD, 2003, p. 214-215). A referida contraposição, privilegiando *nomos* contra *physis*, não almejava meramente destruir os discursos oponentes, mas “substituir um conjunto de normas que já não eram mais totalmente aceitáveis por outras mais satisfatórias”, tendo em vista as transformações sociais e políticas então em andamento (idem, p. 218).

Esse mesmo objetivo encontra-se em Dewey (1929, p. 24), que atribui à filosofia a função instrumental de refletir sobre os problemas da humanidade, “conciliar os resultados da ciência natural com a validade objetiva dos valores que regulam as condutas dos homens”, buscar soluções para os problemas humanos e, assim, contribuir para a

“construção do bem”. Cabe à filosofia examinar as condições atuais da ciência e da vida, investigando os critérios, juízos e crenças que “dirigem nossa conduta” (idem, p. 67). Essa proposição, que dá fundamento às teses educacionais deweyanas, pode ser vista também nos desenvolvimentos contemporâneos do pirronismo, com Dutra e Porchat Pereira, cujas formulações incentivam a interação e o diálogo mediados pela dúvida pirrônica, para que os homens possam intervir na realidade fenomênica do mundo.

A noção deweyana de investigação reflexiva como procedimento que, partindo de hipóteses, conduz a novas hipóteses, não a saberes definitivos, permite situar Dewey na perspectiva filosófica do falibilismo, em contraste com a visão fundacionista. Como explica Dutra (2005, p. 77), denomina-se falibilista a concepção de que os fundamentos do real são questionáveis e revisáveis, o que indica a “insuficiência” de nossos conhecimentos. O fundacionismo, por sua vez, busca assegurar o caráter inquestionável do conhecimento, posto como “ponto de partida inabalável na consideração das questões filosóficas, do conhecimento e da conduta humana” (idem, p. 13). A visão de Dewey acerca da investigação contraria a epistemologia tradicional fundacionista, que considera haver conhecimento “apenas onde há crenças verdadeiras e justificadas”, ou seja, ideias “cuja verdade podemos mostrar fora de toda dúvida” (DUTRA, 2000, p. 31). Essa mesma caracterização descreve os procedimentos pirrônicos, pelos mesmos motivos qualifica o discurso de Dewey. O cerne desse modo de ver o mundo encontra-se na oposição aos dogmatismos, na busca incessante do conhecimento e na postulação da provisoriedade dos resultados decorrentes da investigação.

Considerações finais

Porchat Pereira (2007, p. 269) considera que analisar a proximidade entre as “doutrinas ‘céticas’ contemporâneas” e o pirronismo pode favorecer a compreensão das tendências filosóficas da atualidade. O autor vê certo grau de semelhança entre o pirronismo e o pragmatismo, principalmente no que diz respeito à valorização da prática e do discurso como meios para alcançar o que é “bom e útil para o homem” (idem, p. 267). A essas considerações gerais podemos acrescentar que a identificação de traços do pirronismo em Dewey, ou, na medida do possível, a caracterização de Dewey como filósofo pirrônico – como buscamos fazer neste artigo – contribui para compreender as noções centrais da filosofia deweyana: ciência, democracia e educação.

O modo pirrônico de ver o mundo nos ajuda a esclarecer o discurso deweyano sobre a ciência, vista como atividade que não se destina a elevar os conhecimentos científicos ao

patamar de dogmas, como se as teorias pudessem indicar os caminhos a serem seguidos, sem discussão, pela humanidade. A noção deweyana de investigação reflexiva, centrada na valorização das hipóteses e na concepção probabilística do real, pode ser denominada pirrônica por posicionar a ciência no âmbito da provisoriedade, como ferramenta útil, indispensável mesmo, desde que despojada da tradicional pretensão à certeza. Porchat Pereira (2007, p. 143-144) destaca que essa concepção coincide com a que vigora atualmente, quando a ciência vem se tornando “progressivamente cética”; a prática científica hoje universalmente aceita é “empírica e cética”, no sentido de se posicionar como um caminho que se abre para “a investigação positiva e a exploração racional do mundo”, no interior de um universo pleno de “possibilidades ilimitadas de investigação”.

O discurso deweyano acerca da democracia também se torna mais claro quando considerado pelo prisma do pirronismo. Dewey elabora suas proposições políticas tendo em vista um modo de vida que denomina *democrático*, no qual a ação inteligente poderá ser efetivada na experiência concreta da vida e os resultados da ciência poderão ser livremente compartilhados. Segundo a caracterização feita por Cunha (2001, p. 87), a democracia é o ambiente que valoriza o “debate constante” na “definição de consensos socialmente válidos”, único lugar adequado para a realização da busca incessante da verdade.

A democracia imaginada por Dewey não é um dado, um horizonte inequívoco ou uma crença dogmática, mas um projeto, uma hipótese a ser livremente reformulada, “uma experiência que levamos adiante porque julgamos ser esse o melhor modo de vida – uma experiência que pode, aliás, não dar em nada”, como diz Cunha (2001, p. 53). O que irá determinar o sucesso ou o fracasso do projeto democrático? Segundo Dewey (1970, p. 214), a democracia “ficará, ou cairá, conforme possa, ou não possa, manter a fé e justificá-la pelas suas obras”. A palavra *fé* é usada intencionalmente pelo autor para significar que não devemos buscar “fundamentos” na “natureza humana” para justificar o anseio por um modo de vida democrático, pois esse anseio é essencialmente moral.

Por intermédio da visão falibilista, antifundacionista e probabilística típica do pirronismo compreendemos a resposta deweyana ao problema proposto. Só a experiência fenomênica será capaz de mostrar se a democracia será ou não será, pois, como explica Dutra (2005, p. 36), a afirmação sextiana do “viver pelas aparências” envolve analisar nossas crenças e ações a partir de suas consequências morais. Quando adotamos “o significado comum dos termos de uma língua”, falamos essa língua “tal como seus falantes fluentes o fazem, sem inquirir a todo momento sobre o significado *real* dos termos”. A reflexão política de Dewey sugere que fórmulas e mais fórmulas poderão ser apresentadas,

justificativas e mais justificativas teóricas poderão ser elaboradas, mas o resultado só será encontrado na vivência prática dirigida pela inteligência, pela investigação reflexiva, e pelo desejo de chegarmos lá.

De modo semelhante ao que Dewey elabora sobre a ciência e a democracia, em suas proposições educacionais também não existe a segurança advinda de teorias perfeitas ou de resultados incontestáveis; sua marca é a dúvida que provoca indefinidamente a investigação e a experimentação, em busca da verdade. O que se pode discutir é se essa visão falibilista, quando adotada como visão do mundo, assegura algum conhecimento sólido, minimamente confiável, no decorrer desse caminho. Se não for assim, a disposição para intervir na realidade – característica tanto de Dewey quanto dos pirrônicos – pode ser acusada de não viabilizar a almejada construção do bem, instituindo, em vez disso, obstáculos a esse objetivo moral e, obviamente, à realização de qualquer proposta educacional.

Esse questionamento expressa o receio de que, sem o apoio de certezas definitivas, contanto somente com hipóteses, ficaria aberto o caminho para a impulsividade, o espontaneísmo, não para a inteligência. Dewey (1929, p. 309) questiona esse receio, mostrando que estamos prontos a admitir a presença da dúvida no campo científico, reconhecendo as vantagens de uma ciência empírica e cética – segundo as palavras de Porchat Pereira mencionadas acima –, mas, ao mesmo tempo, nos sentimos temerosos de acatar essa mesma dúvida no campo dos valores, onde o que almejamos é a “demonstração absoluta da certeza”. Dewey (idem, p. 273) compreende que, quando transportamos os princípios científicos para o terreno das humanidades, logo nos sentimos órfãos de uma “autoridade reguladora”; as crenças no campo da moral, da política e da religião rejeitam a mudança e clamam fortemente por “critérios fixos e antecedentes à realidade” (idem, p. 251).

Essa lacuna entre o que é admitido para a ciência e o que é esperado para as humanidades explica o receio dos educadores diante das concepções deweyanas. Esse receio se amplia quando se apresenta uma interpretação de Dewey à luz de Pirro de Élis, como procuramos fazer neste artigo. Elevam-se, então, as vozes que clamam por uma educação fundamentada nas “propriedades do Ser, independentemente da ação humana”, como explica Dewey (1929, p. 70). Diante disso, o que se pode responder é que estamos diante de um dilema: ou persistimos na busca da certeza, com a expectativa de encontrar as propriedades inerentes ao ser humano, válidas em qualquer tempo e lugar, ou nos empenhamos em construir uma ciência pedagógica assentada em outras bases filosóficas.

Referências

AMARAL, Maria Nazaré C. Pacheco. *Dewey: filosofia e experiência democrática*. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1990.

ARISTÓTELES. Tópicos. In: ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005.

CHAUI, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Marcus Vinicius. *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *John Dewey, a utopia democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEWEY, John. *The quest for certainty: a study of the relation of knowledge and action*. New York: Minton, Balch & Company, 1929.

_____. *Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo – uma reexposição*. Tradução Haydée de Camargo Campos. 3. edição. São Paulo: Nacional, 1959.

_____. Liberdade e cultura. In: DEWEY, John. *Liberalismo, liberdade e cultura*. Tradução Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1970.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Ceticismo e filosofia construtiva. *Manuscrito*, Campinas, vol. 16, n. 1, p. 37-62, 1993.

_____. Neopirronismo na filosofia da ciência. *Revista Latinoamericana de Filosofia*, vol. 21, n. 2, p. 269-284, 1995.

_____. Ceticismo e realismo científico. *Manuscrito*, Campinas, vol. 29, n. 1, p. 209-253, 1996.

_____. Salvar a investigação. *Manuscrito*, Campinas, vol. 20, n. 1, p. 39-67, 1997.

_____. Naturalismo, falibilismo e ceticismo. *Discurso*, n. 29, p. 15-56, 1998.

_____. *Epistemologia da aprendizagem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. *Verdade e investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento*. São Paulo: EPU, 2001.

_____. *Oposições filosóficas: a epistemologia e suas polêmicas*. Florianópolis: UFSC, 2005.

LAÉRCIO, Diógenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução Mario da Gama Kury. 2. edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1977.

KERFERD, George Briscoe. *O movimento sofista*. Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 2003.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 7. edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. *Doutrinas pedagógicas, máquinas produtoras de litígios*. Marília: Poiesis, 2008.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

POPKIN, Richard Henry. *História do ceticismo: de Erasmo a Spinoza*. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

PORCHAT PEREIRA, Oswaldo. *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: UNESP, 2007.

SEXTO EMPÍRICO. Hipotiposes Pirronianas – Livro I. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 115-122, set. 1997.

REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga: léxico, índices e bibliografia*. Tradução Marcelo Perine e Henrique C. de Lima Vaz. São Paulo: Loyola, 1995.

VERDAN, André. *O ceticismo filosófico*. Tradução Jaimir Conte. Florianópolis: UFSC, 1998.

Submetido em 01/12/2016, aprovado em 04/02/2019.

¹ As pesquisas que originaram este trabalho foram realizadas com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

² Para uma visão geral sobre a vida e a obra de Dewey, ver Amaral (1990) e Cunha (1994).

³ *The quest for certainty* resultou dos pronunciamentos feitos por Dewey em 1928 e 1929 nas *Gifford Lectures*, ciclo de conferências criado no final do século XIX nas universidades de Edimburgo, Glasgow, St. Andrews e Aberdeen, reunindo expoentes da intelectualidade da época, representantes de diversas áreas de conhecimento.

⁴ Embora Pirro não tenha deixado escritos, seu pensamento é conhecido pelos fragmentos registrados por seu discípulo Tímon de Flios (325-235 a.C.) (MARCONDES, 2002). Informações biográficas sobre ele podem ser encontradas em *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, de Diógenes Laércio (1977).

⁵ Os argumentos dos acadêmicos foram divulgados por Cícero em *Academia* e *Sobre a natureza dos deuses*, como também por Santo Agostinho em *Contra os acadêmicos* e por Diógenes Laércio (POPKIN, 2000).

⁶ Em todo este artigo, os grifos em palavras e expressões entre aspas são dos autores citados.

⁷ *Zetético* decorre de *zetein*: perquirir, ter dúvida, investigar. Reale (1995, p. 270) designa *zetética* a “atitude própria do cético, que é um homem que *investiga e faz pesquisa* (sem nunca encontrar a verdade)”. Segundo Verdán (1998, p. 37), as palavras *céticos* e *zetéticos* não carregam, etimologicamente, valor negativo, significando “examinadores”, “investigadores”.

⁸ Por volta de 250 a.C., Filinos de Cós fundou a medicina empírica, assim chamada por atribuir à experiência papel fundamental no diagnóstico e tratamento de doenças (VERDAN, 1998). Em comum com o pirronismo, os metódicos “entenderam que tudo que é de interesse para a medicina se passa no domínio do observável” (PORCHAT PEREIRA, 2007, p. 280).

⁹ Segundo Verdán (1998, p. 39-41), os *modos* de Agripa são: discordância; regressão ao infinito; relação; postulado; e dialeto ou círculo vicioso. Enesidemo, por sua vez, considera: as diversidades dos animais, dos homens e dos sentidos; as circunstâncias; os costumes, leis e opiniões; as misturas, situações e distâncias; as quantidades ou composições; a frequência e a raridade; e a relação.

¹⁰ No livro I dos *Tópicos* (100a18), Aristóteles (2005) diz: “O propósito deste tratado é descobrir um método que nos capacite a raciocinar, a partir de opiniões de aceitação geral, acerca de qualquer problema que se apresente diante de nós e nos habilite na sustentação de um argumento, a nos esquivar da enunciação de qualquer coisa que o contrarie”.

¹¹ A palavra *alético* deriva do termo grego *alethéia*, que significa verdade (REALE, 1995, p. 267-268). Na filosofia platônica, a palavra grega *léthe* significa “a água do esquecimento” (CHAUI, 2002, p. 41). Platão emprega essa acepção na *República*, ao discorrer sobre o mito da reminiscência, quando afirma que as almas dos homens sábios não beberam as águas do rio *léthe*, sendo por isso capazes de recordar as ideias que contemplaram no mundo inteligível.

¹² Porchat Pereira (2007, p. 129) considera que alguns textos de Sexto, quando interpretados segundo a concepção “mentalista moderna”, podem sugerir “a presença implícita de uma filosofia da mente” no pirronismo; mas acredita ser anacrônico ver o pirronismo como uma filosofia mentalista (idem, p. 139), pois isto “representaria uma forma de opção, mesmo se involuntária e somente implícita, por uma certa linha de definição filosófica” (idem, p. 130).

¹³ Sobre a dissociação nocional, recurso argumentativo próprio da retórica, ver o capítulo IV de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002).